



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 54

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1148

TAQUIGRAFIA

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir e analisar a necessidade de convocação dos excedentes do último concurso da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Convidamos a todos para cantarmos o hino *Céus de Rondônia*, composição de Joaquim de Araújo Lima e música de Dr. José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia).

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Sr. Presidente, gostaríamos de registrar e agradecer a presença do Sr. Edilson Almeida de Souza, Presidente do Sindicato dos Peritos. Dr. João de Deus Pires, Diretor do DETRAN - Departamento de Trânsito de Porto Velho. Dr. Luiz Roberto de Matos, Delegado Geral Adjunto da Polícia Civil. Dr. Júlio Ugalde, Delegado de Polícia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Bom dia a todos. Quero cumprimentar em primeiro momento o Dr. Shalimar, Promotor de Justiça; Coronel Adilson, Subsecretário da SESDEC; Dr. Eliseu, Delegado Diretor Geral da Polícia Civil; Dr. Jales Moreira, Presidente do SINSEPOL; todas as autoridades presentes, excedentes e pessoas interessadas na causa. O intuito desta audiência pública é discutir quantos convocados serão chamados para a próxima Academia, ou se não vão chamar, existe uma ventilação de que apenas 27 pessoas serão convocadas para a próxima Academia, e vários excedentes, tanto excedentes para delegado como também para policial civil, datiloscopistas e outros têm o interesse em ter essa informação, aqui o Dr. Shalimar já peticionou ações civis públicas, já fez uma série de demandas buscando melhorias quanto à efetivação do quadro da segurança pública que nós sabemos que hoje se encontra de uma forma precária, seja no ambiente funcional quanto também em recursos humanos.

ATA DA 9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E ANALISAR A NECESSIDADE DE CONVOCAÇÃO DOS EXCEDENTES DO ÚLTIMO CONCURSO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Em 14 de março de 2016

**Presidência do Sr.
JESUÍNO BOABAID - DEPUTADO**

(Às 9 horas e 26 minutos é aberta a audiência)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)- Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo requerimento dos Exm^{os} Srs. Deputados Estaduais Léo Moraes e Jesuíno Boabaid, realiza audiência pública com o objetivo de discutir e analisar a necessidade de convocação dos excedentes do último concurso da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública o Exm^o Sr. Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, proponente desta Audiência. Convidamos o Dr. Shalimar Marques, Promotor de Justiça, representando o Ministério Público do Estado. Sr. Coronel PM Adilson, Secretário Adjunto da SESDEC. Dr. Eliseu Muller Siqueira, Delegado Geral da Polícia Civil; Dr. Jales Moreira, Presidente do SINSEPOL.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Então eu queria ouvir essas pessoas que vão falar, a prioridade para eu em ouvir mesmo são os excedentes, porque eles fizeram um apanhado, acredito, de informações e depois eu quero ouvir também a manifestação dos responsáveis. E aqui também eu vejo nesta Mesa falta uma pessoa, é o SEPOG que é o responsável pelas finanças do Estado, é ele que dita a regra do jogo quanto a contratação, mas essa visita dele, depois dessas Audiências, Audiências que estão tendo referentes a excedentes, contratações, ele em breve estará aqui comigo para discutir, até porque já existe várias pessoas sendo transpostas para a União e como vai ser esse recurso? Como será destinado?

Então, a gente pede em segundo momento e aí a questão desta Casa, essa discussão política para contratação.

Então eu queria em primeiro lugar, pedir até licença, eu quero ouvir em primeiro lugar o excedente dos Delegados que possa vir manifestar aqui primeiramente, vamos iniciar hoje de outra forma para depois eu ouvir as pessoas da Mesa. Cadê o excedente dos Delegados?

O SR. ROGÉRIO PEREIRA – Bom dia a todos. Eu me chamo Rogério Pereira, sou candidato a excedente ao Cargo de Delegado de Polícia do concurso realizado em 2014 para a Comarca de Guajará-Mirim.

Quero agradecer aqui as autoridades presentes, estender meus cumprimentos a todos os Deputados da Casa, na pessoa do Deputado Jesuíno Boabaid, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, o qual vem desempenhando um grande trabalho em prol da comunidade nas questões que aflige a Segurança Pública.

Cumprimentar o Exmº. Sr. Promotor de Justiça Shalimar Marques o qual tive a honra de ter como Professor na minha graduação; Diretor Geral da Polícia Civil, Dr. Eliseu Muller aqui presente; Ilustre Jales Moreira, Presidente do Sindicato e Secretário Adjunto da Polícia Civil aqui presente também.

Cumprimentar também aos meus nobres excedentes, todos aqui presentes e os que também não tiveram condições de estar aqui nesta Audiência Pública por questões de morarem no interior, mas todos que estão aqui presentes, estão representando dignamente todos que estão nesta causa imbuídos deste objetivo.

Então, eu vou direto aqui ao que interessa, como já foi dito no início aqui da abertura dos trabalhos pelo Deputado Jesuíno Boabaid, esta Audiência destina-se a discutir a necessidade e a viabilidade da convocação de todos os excedentes do concurso realizado na Polícia Civil no ano de 2014.

Então, temos esses dois pilares centrais neste tema, que é o quê? A necessidade e a viabilidade.

No que tange a necessidade, inicialmente já foi dito pelo Presidente que é uma questão em controvérsia sabido por toda a sociedade civil e por todas as autoridades do Estado que a questão da necessidade é ponto pacífico, é questão em controvérsia que o efetivo é totalmente defasado atualmente na Polícia Civil beirando exatamente ao precário como foi dito. Então, apenas para ilustrar alguns pontos referentes a essa necessidade latente eu vou enumerar algumas situações.

Quando da abertura desse Edital desse concurso em 2014, a Secretaria de Segurança Pública, ela por meio dos

seus órgãos competentes, dos seus setores competentes ela solicitou um quantitativo de demonstrativo de vagas para se incluir nesse edital. Foi apresentado pela SESDEC um quantitativo “X” para que se incluísse no edital, contudo, o órgão competente que recebeu essa solicitação de quantitativo de vagas, salvo engano, seria a SEPOG atendeu apenas e deferiu apenas um quantitativo completamente ínfimo e inferior ao que foi solicitado.

Então temos como demonstrativo do que fora solicitado pela SESDEC na época, para o cargo de Delegado de Polícia foram solicitadas 30 vagas e foram deferidos somente 10. Então você vê a total diferença do que foi solicitado, do que foi demonstrado de necessidade para preencher o cargo de Delegado de Polícia foram solicitados 30 e foram deferidos somente 10.

Para o cargo de Agente de Polícia foram solicitadas 100 vagas e foi deferida apenas 40.

Para Escrivães foram solicitadas 80 e foram permitidos 70.

Papiloscopista foram solicitados 10 e permitidos apenas 05.

Técnico em Necropsia, foram solicitadas 40 vagas e foram deferidas apenas 07.

Para Perito, solicitado 30 e deferido apenas 08.

Então a gente pode verificar deste modo que o próprio Estado demonstrou através da SESDEC de um órgão, que é um órgão do Poder Executivo, demonstrou a necessidade efetiva de contratação de um efetivo muito maior, porém, outro órgão que também é do Estado vetou isso deferindo apenas um quantitativo extremamente inferior e a quem da real necessidade.

Vale salientar que, quando foi feita essa solicitação de vagas foi emitido o documento pelo atual Diretor Geral na época que era o Dr. Pedro Mancebo, informando que essa não era a quantidade suficiente para atender a necessidade da Polícia Civil, era apenas o quê? Chegou-se num número que seria viável para atender, para preencher os quadros sem ferir a saúde financeira do Estado, ou seja, não é o quantitativo suficiente que seria necessário para preencher os quadros da Polícia Civil. Ainda referente à questão da necessidade, a gente não pode deixar de citar as questões das UNISP que estão em fase final de construção, todos já devem ter passado pelos prédios da UNISP que estão em fase final de construção e automaticamente isso vai demandar aumento de efetivo, de novos servidores para o desempenho dessas funções. Atualmente temos central de Polícia em que ela desenvolve o serviço de flagrante, todos são direcionados para lá, as Delegacias de Polícia muito raramente faz um flagrante, então todos são direcionados para a Central de Polícia, automaticamente quando se criar essas UNISPs, todas elas vão realizar flagrantes, então se elas vão realizar o serviço atual da Central de Polícia automaticamente elas vão precisar ter o mesmo efetivo que uma Central de Polícia tem para desenvolverem essas atividades de polícias judiciárias. Outro ponto também que vai demandar o aumento de efetivo, que tem totalmente a ver com a temática discutida aqui, é a questão da implantação da Delegacia da Mulher 24 horas, plantão 24 horas, isso aí é um ponto que eu acredito, se não me engano, já teve até uma Audiência Pública nesta Casa para discutir

sobre essa necessidade, eu creio que isso já é ponto pacífico não tem mais para onde correr, até por que a Lei 11.340, ela determina vários procedimentos a serem feitos, a serem deferidos a mulher vítima, e se não tiver o aparato técnico e o aparato humano fica uma lei inócua e sem utilidade nenhuma, sem atingir o seu objetivo. Então a questão da Delegacia da Mulher é outra situação que será implementada muito brevemente, plantão 24 horas e vai demandar automaticamente também a necessidade de mais funcionários, de mais delegados para desenvolver essa atividade. Eu trabalho como policial civil, sou agente de polícia desde 2005, então posso falar a respeito dessa situação, dessa necessidade da Delegacia da Mulher em 24 horas com total conhecimento de causa, na delegacia em que eu trabalho constantemente chega vítima que vai registrar ocorrência a partir de 13h30, sabemos que é horário corrido, a partir das 13h30 não tem mais delegado, nem agente de polícia na delegacia. Então ela vai registrar ocorrência e ela solicita um apoio de imediato pelo menos para ela ir até a sua residência buscar seus objetos e buscar seus filhos, situação essa que é totalmente prevista aí na Lei 11.340, o amparo da autoridade policial de imediato para a vítima para que ela possa ir até a sua residência em segurança e não sofra novamente agressão por parte do seu esposo. E ela fica completamente desguarnecida por que não existe esse amparo que ela possa receber imediatamente. Muitas vezes cheguei a encaminhá-la para a Central de Polícia, mas ela fala: "mas eu estou com medo de sair daqui para a Central de Polícia por que ele pode me pegar no trajeto, então eu preciso de um apoio de imediato". Você solicita viaturas da Polícia Militar, nem sempre ela pode dar esse apoio até por que a defasagem também é grande e ela está muitas vezes atuando em outras situações, não pode as vezes largar uma operação, uma atividade muito mais gravosa, para apenas dar um amparo, uma segurança, acompanhar a vítima nessa situação. Outra questão, podemos citar, também que é, inclusive, documentalmente, a gente pode apresentar os documentos que foram emitidos pela própria Secretaria de Segurança Pública referente à defasagem de funcionários e delegados no interior do Estado, emitido pelo atual, na época, Diretor da Polícia Civil, Dr. Pedro Mancebo, em que enumera inúmeros municípios em que consta apenas um delegado por cada município. E ele cita pelo menos 9, ou 10 municípios em que tem apenas um delegado. E ele enumera pelo menos uns 3 ou 4 municípios em que estão completamente sem delegado. Então mostra-se a total necessidade de suprir essa defasagem no interior do Estado, não há como tratar isso de uma forma branda ou fazer meramente ouvido de mercador para isso, fazer de conta que isso não é uma situação grave, essa falta de profissional, de delegado de polícia numa Delegacia no interior do Estado. Então essas situações que eu enumerei são referentes à necessidade que eu trouxe aqui para ilustrar a grande defasagem. Agora vamos referente à questão da viabilidade do chamamento desses excedentes. Inicialmente eu quero falar a respeito da inviabilidade técnica que foi apresentada pelo Procurador Geral do Estado Dr. Artur Leandro, não sei se ele se encontra aqui, mas foi solicitado pela SEPOG e pela MENP, um parecer técnico dele, para que ele demonstrasse a possibilidade técnica do chamamento de candidatos além das vagas inicialmente estipuladas. Parecer esse em que ele apresentou dizendo pela impossibilidade

técnica, por que segundo ele, segundo esse parecer traria o concurso pelo fato de que se aumentasse o quantitativo de vagas inicialmente estipuladas segundo ele, segundo o entendimento dele, teria que abrir novamente o concurso para aqueles candidatos que não tiveram a prova subjetiva corrigida, situação essa que a gente sabe que conforme análise do edital afasta-se completamente esse entendimento. Na verdade o edital fala exatamente o inverso. O edital fala que aqueles que não tiveram a prova subjetiva corrigida, estão completamente eliminados, isso é texto de Lei, texto de Lei, está lá; quem não teve a prova subjetiva corrigida, está completamente eliminado. Vagas futuras que podem surgir, deverão ser aproveitadas exatamente por esses candidatos excedentes que aqui se encontram, deverão ser aproveitadas exatamente por esses candidatos e não reabrir o concurso novamente para os candidatos que foram eliminados, ou seja, não há como deseliminar candidatos, candidatos estão eliminados não há como ser cogitada essa situação. Referente à questão da viabilidade financeira, o que eu tenho a dizer é que desde a abertura do edital, se foi solicitado, se foi demonstrado um quantitativo de vagas a ser preenchido, se foi demonstrado um quantitativo de vagas e foi deferido um número extremamente aquém; existe então dotação orçamentária para preencher aquelas vagas que já existiam e também desde a abertura do concurso até o presente momento, até o presente momento, pelo menos referente ao cargo de Delegado de Polícia, eu posso falar que já surgiram desde a abertura do concurso em 2014 até o presente momento, pelo menos 21 novas vagas, além, das inicialmente apresentadas. Então, se existe novas 21 vagas; existe dotação orçamentária para preencher essas vagas, por quê? Na verdade, isso é a forma como entende os nossos Tribunais Superiores, os Tribunais Superiores nossos afirmam que, se existe, se a vaga foi, se ocorreu a vaga e existe candidato apto a preenchê-la, existe a dotação orçamentária porque não é custo novo e não é gasto novo para o Estado, ele já tinha aquela dotação, então ele vai utilizar para esses candidatos novos que devem preencher o cargo. Como essa Audiência, ela visa a debater e a chegar a um denominador comum, tanto é bom para o Estado, como para os agentes, os excedentes, para sociedade; eu na condição de excedente trago aqui uma proposta que já foi, inclusive, apresentada em reuniões que fizemos junto a Casa Civil, no qual esteve presente inclusive o Delegado Dr. Júlio Ugalde que se encontra aqui presente, no qual foi entregue em mãos a ele uma proposta referente à homologação parcial do concurso, que seria uma alternativa, caso não seja entendido que se deva se chamar esses candidatos já por existir dotação orçamentária e a necessidade comprovada, apresentou-se então uma alternativa para que seja aproveitado esses candidatos ao logo do tempo, que seria exatamente a questão da homologação parcial. Homologação Parcial é um Instituto que existe no Direito Administrativo em que afirma que: em um concurso público que existe 3ª fase, que existe academia de polícia, é possível você homologar academias separadas e não homologar o concurso inteiro. Ou seja, se você realiza várias academias, você pode homologar, ao término de cada academia você homologa somente para aquela academia, para aqueles candidatos que realizaram e aqueles que não realizaram essa academia, o concurso permanece

em aberto, ou seja, o prazo de validade do concurso não vai se encerrar para esses candidatos; sendo possível então para o Estado aproveitá-los durante o momento que ele quiser, de acordo com a sua necessidade e conveniência. Então, seria uma alternativa, caso o Estado não tivesse, não decidisse mesmo convocar todos de uma vez, homologar parcialmente, chamando academias, pelo menos 03 academias e vai homologando parcialmente e deixa em aberto para os excedentes. Finalizo aqui a minha fala, falando referente à questão da..., sabemos que a administração pública se baseia em diversos princípios e referente a este tema, temos que o princípio da eficiência é um dos basilares da administração pública que afirma que o gestor público deve utilizar da coisa pública, do bem público, do erário da forma mais benéfica e mais prática, que cause menos custo para atingir o seu objetivo final. Então, não se mostra moral e nem conveniente a realização de várias, ou seja, não se mostra conveniente esperar meramente escoar o prazo de validade desse concurso já sabendo da necessidade que existe hoje, a necessidade já existe hoje e já existem candidatos aptos a serem convocados para preencher. Então, não seria conveniente e nem correto esperar meramente escoar o prazo de validade do concurso para já em seguida abrir um novo certame tendo novos gastos com realização de todas as fases de concurso e principalmente com dispêndio de tempo, sabemos que se esperarmos expirar o prazo de validade desse concurso que é de um ano e após aí abrir um novo concurso, dificilmente teremos novos candidatos nomeados antes de 2019, até porque todo concurso percalço como esse nosso teve, questões judiciais em que atrasam o concurso. Então, se continuar se chamando esse quantitativo totalmente ínfimo, a população vai ficar totalmente desguarnecida de efetivo na Polícia Civil, pelo menos até 2019, porque se realizar outro concurso, leva, sabemos que leva muito tempo. Por fim, eu quero falar que os excedentes que se encontram aqui, todos que não puderam comparecer, mas, que todos nós estamos em contato um com outro, todos demonstram interesse, na verdade não de adversários do Estado, mas, na verdade, a gente tem buscado um diálogo de mostrar uma parceria para o Estado de que a gente pode apresentar, dialogar e apresentar alternativas para que a gente chegue a esse denominador comum. Temos interesse em assumir o cargo sim, mas por sabermos que também o Estado tenha o interesse nessa mão de obra, que a sociedade também tem interesse. Então, não é meramente um interesse de um candidato assumir um cargo, sabemos que a procura, a demanda pelo nosso serviço, pelo desempenho do nosso trabalho, a demanda também existe e é grande. Então, eu quero novamente agradecer a oportunidade e bom dia a todos.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, só lembrando a todos que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo via internet através do Portal ale.ro.leg.br, obrigada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Convidar para compor a Mesa o perito Girlei, Diretor da POLITEC, para ele compor a Mesa aqui da Audiência Pública. Informar também que a assessoria técnica do Deputado Léo Moraes, informa que ele está fazendo uns exames, está no laboratório e assim

que terminar ele estará presente também na reunião. Alguém mais, alguma pessoa excedente seja de qualquer cargo quer se manifestar? Só informe o nome também, quando for falar na tribuna.

O SR. JOÃO GUSTAVO – Bom dia a todos! Sou João Gustavo, sou excedente ao cargo de Delegado de Polícia, quero aqui parabenizar toda a Mesa, através do Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, estender a todos os Deputados, as autoridades aqui presentes como o Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis, Doutor Girlei, o nosso Secretário Adjunto da SESDEC o Coronel Adilson, o Promotor de Justiça Doutor Shalimar e o Doutor Eliseu Muller, atual Delegado Geral da Polícia Civil, e parabenizar a todos por estarem aqui hoje e aqui estamos para debater querendo cada vez mais melhorar a Polícia Civil. Como eu já me apresentei, eu sou o João Gustavo, eu sou policial civil também, eu sou escrivão de polícia desde 2010, com muito prazer, com muita vontade gosto do que eu faço e venho de uma família de policiais cíveis, assim como o meu pai, meus tios, meu tio é da segunda academia de delegado, minha tia já foi escrivã e delegada, meu pai foi perito criminal, então eu me criei nesse meio e eu gosto desse meio policial, polícia civil. O que nós estamos querendo aqui? Estamos querendo a contratação, a convocação desses excedentes, eu tenho alguns cálculos aqui, alguns números, esses números estão um pouco defasados, mas já dá para ter uma ideia. Por exemplo, só de vacância a cargos de delegados de polícia, existiam ao estudo ano passado quarenta e sete vacâncias de delegado de polícia, ou seja, necessitava de quarenta e sete vagas a ser preenchidas, sem contar àquelas pessoas que estão se aposentando este ano, que vão ser transportas etc. ao todo existem trinta e sete delegados de polícia aptos, trinta e sete aprovados excedentes ao cargo de delegado de polícia, ou seja, ainda fica dez vagas aquém, mas mesmo assim já é um impacto bom, seja para a sociedade de Porto Velho, seja para a sociedade do interior do Estado. Juntando todos os cargos escrivães, delegados, datiloscopistas, agente de polícia etc. se tivesse uma segunda academia de polícia, não passaria de cento e oitenta e sete vagas, esse número de cento e oitenta e sete, não é um número tão grande que poderia gerar um impacto financeiro para o Governo do Estado de Rondônia, mas seria um número bom para poder colaborar com a sociedade rondoniense com toda certeza, cento e oitenta e sete policiais em delegacias, trabalhando investigando, poderia gerar um impacto muito bom para toda sociedade, seja para investigar um furto de uma bicicleta, um furto de um veículo, um tráfico de drogas, um homicídio, seja qual for o crime, a Polícia Civil, tem esse papel constitucional de investigar, e de dar uma resposta para a sociedade. Eu conheço, eu posso falar um pouco pelo perfil do próprio Dr. Eliseu, o nosso Delegado Geral da Polícia Civil, o perfil que ele tem, sempre tomou linha de frente, trabalhou muitos anos na cidade de Ariquemes, ele conhece a criminalidade de frente, sempre trabalhou, sempre mostrou um grande empenho pela Polícia Civil, algumas vezes que eu pude conversar com ele, ele sempre mostrou com vontade, com interesse de levantar a Polícia Civil, de dar uma resposta à sociedade, trazer a sociedade para junto da Polícia Civil, mas, para trazermos a sociedade para junto da polícia civil, seja como for com denúncias, com colaboração, seja como

for, a Polícia Civil, também tem que conseguir a chegar à sociedade. Infelizmente pelo atual contexto da Polícia Civil, o número de cargos está muito aquém, seja para agente de polícia como já foi falado, escrivão, delegados, peritos criminais, médicos legistas etc.. E cada vez mais tende a ficar um pouco pior pela questão de aposentadorias, porque ficamos muito tempo sem concurso, tivemos alguns concursos na década de 1980, 1994, 2005 e 2010 e esse nosso de 2014. Então precisamos cada vez mais lutar por uma Polícia Civil mais forte, porque a Polícia Civil mais forte, com certeza vai trazer um bem para toda a sociedade portovelhense, toda a sociedade de Rondônia. Eu já tive a honra de trabalhar no interior. Trabalhei 07 meses em Buritis, conheci também como é o contexto social de Buritis, do Vale do Jamari. Trabalhei também em Ji-Paraná, conheci como funciona a questão da criminalidade e a defasagem lá. E atualmente estou em Porto Velho, trabalho no DENARC, uma Delegacia que dia após dia trabalha incessantemente. Com o quantitativo que tem, trabalha e às vezes não dá tempo para fazer tudo que quer, mas, eu tenho certeza que pelo interesse aqui é cada vez melhorar mais a Polícia Civil. É uma camisa que eu tenho certeza que o Estado de Rondônia, através da figura do Dr. Eliseu, veste de cada vez mais fortalecer a Polícia Civil. Como foi falado, juntando todos os cargos, não se passa de 187 excedentes. É um número razoável, é um número muito bom que pode já dar uma resposta muito interessante para toda a sociedade. E eu tenho certeza que a própria Assembleia Legislativa também poderia colaborar com essa convocação desses excedentes. Porque eu tenho certeza que os Deputados não criariam óbice em disponibilizar emendas parlamentares para contratação. Eu tenho certeza que, como já foi falado pelo colega Rogério, existe vacância e se existe vacância existe lei autorizando a contratação; existe dinheiro para isso. Mas mesmo assim, tenho certeza absoluta que os Deputados Estaduais de Rondônia não criariam dificuldades. Muito pelo contrário, iriam atrás de buscar emendas parlamentares para cada vez mais colaborar com a questão financeira para a contratação de mais pessoal.

O que eu tinha que falar é basicamente isso. Eu agradeço a todos. Muito obrigado e que Deus os abençoe. Bom dia.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Agora vamos para a Mesa. O primeiro orador é o Jales Moreira, Presidente do SINSEPOL.

O SR. JALES MOREIRA – Primeiramente bom dia a todos. Parabenizar nosso companheiro Deputado Jesuíno, por esta iniciativa. Ele que é oriundo da nossa coirmã Polícia Militar, em nome dele cumprimentar todos os Deputados Estaduais, que a gente sabe que não está aqui presente, mas, com certeza estão nessa luta também, porque são sabedores das dificuldades por que passa a Polícia Civil, neste momento. Cumprimentar o Girlei, Perito Criminal, Diretor da POLITEC; o Coronel Adilson, Secretário Adjunto da SESDEC. O Dr. Shalimar, Promotor da Segurança Pública, Promotor que com certeza tem várias ações civis públicas para contratação de novos servidores da Polícia Civil e da Polícia Militar. E ele tem todos os números que nós temos, e, que todos são sabedores disso. O Delegado Geral, Dr. Eliseu Muller, que sabe a necessidade da Polícia Civil e eu tenho certeza que ele vai chegar aqui e falar que realmente a

Polícia Civil precisa contratar novos servidores. Porque com certeza ele está passando uma situação difícil, porque muitos locais aí; como já é de conhecimento de todos, dos 52 municípios a Polícia Civil está presente somente em 26 municípios. Ou seja, só a metade dos municípios do Estado de Rondônia conta com o serviço da Polícia Civil. E parabenizar também a equipe do Dr. Eliseu, Dr. Luiz Roberto, o Delegado Adjunto, Dr. João de Deus; o Dr. Ugalde, assessor da Secretaria de Segurança Pública, parabenizar a todos por essa iniciativa.

Quando apareceu esse concurso de 144 vagas, o Sindicato não concordou em momento algum com esse número, porque a gente sabe que é um número irrisório pela necessidade que está passando a Polícia Civil. Só para vocês terem uma noção do que está acontecendo na Polícia Civil, nós temos hoje, em todos os DPs em Porto Velho, os policiais trabalhando sem segurança alguma, porque em cada DP, somente 01 policial de plantão. Ou seja, além de atender o público, ele tem que cuidar do prédio. Ou seja, todos são sabedores que é humanamente impossível uma situação dessas, um servidor só numa Delegacia de Polícia. Se esse servidor passa mal, se acontecer alguma coisa na família, como que esse servidor vai poder sair da Delegacia e resolver alguma coisa de urgência, em caso de saúde, por exemplo? Não tem condições. Então, por aí a gente já fala para vocês que a Polícia Civil está passando um momento caótico, escassez total de servidores. Então, na ocasião das 144 vagas, eu falei para o Secretário George Braga, falei para todo secretariado do Governo do Estado, 40 agentes de polícia hoje, pessoal, 40 agentes de Polícia, Deputado Jesuíno, não supre a necessidade da Central de Flagrantes. Por quê? Todos aqui pessoalmente, ou pela televisão, vêem quando chega um preso aí do Sistema Prisional Federal. Quando chega ao IML, e o Doutor Shalimar é sabedor disso que eu já falei essa situação e todos são sabedores, que quando chega um agente penitenciário federal carregando um preso lá para fazer exame no IML, chega, pasmem, 04 viaturas, 16 policiais para levar 01 preso para fazer exame, 01 preso. Quando é o Policial Civil, aqui tem colega que trabalha na Central de Polícia sabe do que eu estou falando, chegam 04 policiais para levar 16 presos para fazer exame, 04 policiais. Dois em uma viatura, dois na outra viatura, 08 presos em cada camburão, 16 presos para 04 policiais, e com alta periculosidade, também. Então é uma situação que dá para mostrar para vocês a necessidade de contratar gente o mais rápido possível. Nós temos hoje só esperando aposentadoria em casa mais de 80 servidores, mais de 80 policiais esperando a aposentadoria em casa. Nós temos mais de 200 policiais já com Abono de Permanência, então nós temos que dar um basta nessa situação, e realmente, contratar. Os números que o companheiro Rogério passou, todos já são sabedores da demanda que foi feita. Voltando um pouco aí essa situação, mais uma coisa, mais outra situação. Agora esses dias foi feito um Decreto criando uma nova Delegacia de Polícia em Monte Negro, uma criação de uma nova Delegacia. Nós não temos de onde tirar esses servidores para colocar nessa Delegacia de Monte Negro e eu tenho certeza que o Doutor Eliseu ele tem essa fórmula aí, mas, hoje não tem condições de inaugurar nenhuma Delegacia com o número de servidores que nós temos. Porque se tirar de um lugar vai ficar faltando naquele lugar, não tem nenhum servidor,

nenhuma Delegacia que está funcionando a contento. Então essas Delegacias que nós temos no setor de investigação, o nosso carro forte, essas Delegacias hoje, o que conta aqui um DP desse que conta com o máximo, são três servidores. E todo dia aparece no setor 50, 60, 100 ocorrências para serem investigadas. Como é que pode 02, 03 servidores darem conta de investigar 50, 60 casos todo dia? Então mais uma vez para mostrar para esta Casa, para mostrar para o Governo do Estado que o concurso público, a nomeação, a contratação desses servidores é de suma importância para a Segurança Pública do nosso Estado. Outra situação que a gente está atrás, até eu peço agora na presença do Deputado Jesuíno e desta Casa, nós estamos com uma demanda que é o nosso Plano de Cargos, Deputado Jesuíno, nós estamos com uma demanda que é o nosso Plano de Cargos. O nosso Plano de Cargos ele foi comprometido para ser aprovado nesta Casa dia 31 de dezembro. Dia 31 de dezembro passou-se para 15 de fevereiro e até o presente momento nós não temos nada por parte do Governo do Estado. E tudo desemboca nessa tal de SEPOG, a SEPOG que acaba atrasando todas essas situações. Então, nós temos que brigar por concurso público, sim, mas nós temos que valorizar os que já estão. Por quê? A polícia civil nesse Governo, nós pulamos da 5ª posição para um dos 20º piores salários do Brasil, nesse Governo. Então nós temos que mudar essa realidade. E só para vocês terem uma ideia, do começo do ano passado para cá foram mais de três toneladas de drogas apreendidas, ou seja, a polícia civil de Rondônia, ainda, que é um dos piores salários do Brasil, ainda é uma das três polícias mais honesta desse país. Ou seja, nós precisamos de valorização, de contratação, mas, precisamos também ser reconhecidos pelo Governo do Estado. Então, é muito louvável essa iniciativa, Deputado Jesuíno, Vossa Excelência como Presidente da Comissão de Segurança Pública, Vossa Excelência como Presidente tem total apoio da categoria polícia civil para que faça as reformas necessárias, que faça as sugestões necessárias para que a gente contrate o mais rápido possível essa academia que está findando, e a convocação de no mínimo mais 400 servidores, mais 400 servidores têm que ser contratados à coisa de urgência. Porque se der certo essa situação da nossa aposentadoria que está para chegar nesta Casa, se der certo, nós vamos perder durante este ano mais de 300 servidores. Para uma categoria pequena igual a nossa, que nós temos 2.100 servidores ativos, 2.100 servidores ativos, perder 300 servidores de uma tacada só com certeza daqui a pouco vai diminuir até a cidade onde a polícia civil está operando. Então, a gente conta com o apoio desta Casa, eu sei da boa vontade do Dr. Eliseu, do Dr. Adilson, sei da boa vontade de vocês, mas nós temos que colocar o pé no acelerador e realmente fazer essas contratações e convocar nova academia. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Dr. Eliseu Muller Siqueira, Delegado Geral da Polícia Civil.

O SR. ELISEU MULLER SIQUEIRA - Bom dia a todos. Deputado Jesuíno, em nome de V. Exª cumprimento toda a Mesa e em nome do Dr. Luiz Roberto eu cumprimento a plateia aqui presente. Em primeiro lugar, eu endosso as falas que me antecederam na sua íntegra. Deputado Jesuíno; tomei posse

no dia 08 de dezembro, ou seja, faz três meses que eu estou como Delegado Geral da Polícia Civil, recentemente eu disse a alguns colegas: “não faço milagre em três meses”. Mas quero dizer a todos que desde a minha posse uma das primeiras determinações deste diretor foi no sentido de buscarmos a melhoria de nossos recursos humanos. Como delegado de polícia eu entendo que se não melhorar, nós vamos para o caos, Deputado, vamos para o caos. Hoje o Estado do Ceará vive um caos porque ficaram vários anos sem concurso, sem contratação. Nesse estudo que pedi ao meu pessoal, nós iniciamos primeiramente naqueles que estão aguardando em casa a aposentadoria, recebendo pelo Estado e aguardando a aposentadoria, ou seja, saiu um decreto para se aposentarem e estão ali, nós temos um número de 87 servidores de todos os cargos da polícia civil aguardando em casa o decreto para que sejam aposentados e vão, então, para o IPERON. Neste estudo nós apuramos que esses 87 representam 970 mil reais/mês, Deputado. A Academia de Polícia com os seus 144 até então, porque hoje temos 21 desses alunos hoje, saíram da academia 21 deles, não são mais 144, vamos diminuir 21, perdemos 02 delegados dentre os 10, 11, que um entrou através de medida judicial, eles representam ao Estado 570 mil reais/mês dentre a bolsa, as horas/aulas pagas aos professores e aos instrutores, não estamos colocando até o presente momento, não colocamos e vamos colocar também a possibilidade dos transpostos, ou seja, todos aqueles números que foram aqui apresentados pensando exatamente como da fala do nosso policial quando diz que no aspecto jurídico é possível, no aspecto orçamentário, não ofendemos o orçamento do corrente ano, então nós entendemos da plenitude, ou seja, da possibilidade de que vagando os cargos com a aposentadoria, com desistência e dentre os remanescentes que hoje de delegado de polícia são 42 que foram classificados e são remanescentes, abrindo a vaga nós poderíamos tranquilamente sem ofender a Lei de Responsabilidade Fiscal, sem ofender decisões majoritárias da Justiça de não ofensa ao orçamento anual, podemos sim tranquilamente fazermos outra academia, é possível isso tecnicamente. Quero dizer a vocês que hoje eu quero, eu quero 78 delegados a mais, 170 agentes, 80 escrivães, porque eu como gestor de segurança pública, de polícia investigativa não posso admitir delegacias sem delegados onde eu tenho que pagar diária, a SESDEC tem que pagar diária para que esses Delegados lá estejam para investigar, elucidar crimes. Eu quero aproveitar esta oportunidade Deputado, que neste País, nós temos que inverter algumas ordens. Neste País nós precisamos de uma matriz de Segurança Pública, cabe a Polícia Civil a investigação de autoria, cabe a ela apurar a autoria, cabe a ela apurar a materialidade dos fatos criminosos que ocorrem. O que é que ocorre hoje? Hoje, abre-se concurso para mil policiais militares e para cem e duzentos civis. E todo esse trabalho do Policial Militar cai aonde? Cai na delegacia e ali fica represado porque não tem gente para concluir. Nós temos que começar a mudar isso, precisamos sim Deputado investir mais maciçamente na Polícia Civil, na Polícia Judiciária, porque tudo cai, tudo vai para a Polícia Judiciária, porque ela constitucionalmente, cabe a ela a atribuição de investigação, cabe a ela esta atribuição.

Quero dizer também, que como o nosso representante sindical Jales colocou, as dificuldades são imensas, nós

recentemente, Jales, para preencher a Delegacia de Monte Negro que é uma Delegacia Estratégica porque hoje o Vale do Jamari nós temos as três cidades entre as 200 mais violentas do País; Buritis é 15ª; Ariquemes é a 98ª e Machadinho está entre as 200. Faz parte do nosso planejamento estratégico isso e a criação da Delegacia de Monte Negro, ela é estratégica porque nós vamos encampar Campo Novo e vamos tirar também da Comarca de Ariquemes uma série de atividades que ela hoje, ela abraça. Aqui eu não posso sequer pensar em remover ou reengenhar pessoal, eu tenho uma série de obstáculos, uma série de obstáculos, várias ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público, ora para que eu leve Delegado; ora impedindo que eu não tire os Delegados e Agentes das Comarcas. Então vocês imaginem como o Jales disse, a dificuldade que nós temos de fazer gestão e Segurança Pública neste Estado, ainda mais com o mínimo. Eu tenho que dizer e falar, principalmente, eu falo aos Delegados, aprendam a trabalhar com o que tem e a nossa polícia trabalha muito; resultados de grande efetividade, é uma polícia honesta dentre as mais honestas desse País, a Polícia Militar também.

Então Deputado, estamos trabalhando no sentido de apresentar algo concreto, obviamente que não seremos levianos, nós temos um edital e o edital é lei e nós devemos nos ater nesse edital, tudo que for possível realizarmos ou tudo que for possível ser realizado dentro deste edital, que com a sua homologação tudo indica em junho do corrente ano, teremos mais um ano sem a promoção de concurso público podendo ou não prorrogarmos por mais um ano este edital, significa que é urgente, que é premente de que convençamos o Governo e este Fórum, esta Assembleia é de suma importância para isso Sr. Deputado, para que convençamos da necessidade, da urgência de mais servidores para a polícia civil, temos condições técnicas, temos condições jurídicas, temos condições legais que nos permite o próprio edital nos permite convocarmos mais concursandos, mais classificados e se aposentarmos outras pessoas também, mais transposição o cargo estará vago e com isso poderemos preenchê-los. Esta é a minha luta como Diretor-Delegado Geral da Polícia Civil.

Quero apresentar ao nosso Secretário o máximo uns 15, 20 dias, Sr. Secretário, esse trabalho, o Secretário Chefe da Casa Civil já me recomendou também esse trabalho, Deputado, me recomendou esse trabalho, mas, vou apresentar ao Secretário Reis, o nosso Secretário Adjunto, esse trabalho com coerência dentro da legalidade, obviamente, observando aquilo que o edital nos permita fazer. Nós temos pleno conhecimento Jales de todas essas dificuldades que você apresentou, eu acho um absurdo o delegado, o datiloscopista, o papiloscopista trabalharem 30 dias sob regime de plantão, eu acho um absurdo em algumas unidades nós não temos delegado, não temos papiloscopista, até recentemente Buritis, a 15ª cidade mais violenta, nós não tínhamos agente de investigação, eu acho que nós temos que falar aqui a realidade, independentemente se o Governo vai ou não ficar desagradado com o que a gente fala, mas, eu sou um homem de Estado, defendo o Estado de Rondônia e na minha atividade como Delegado Geral; vou buscar convencer e demonstrar efetivamente aqueles que decidem dessa necessidade e esse fórum é importante, muito importante. Jales, pensei, fui voto vencido em função de um policial apenas no período noturno nas delegacias da Capital,

pensei em fechar algumas delegacias durante a noite, pensei em fechar, que fizéssemos registro em outro local. Quero também pedir essa oportunidade, Sr. Deputado, que eu não aceito, não entendo polícia trabalhar meio turno, não entendo isso, não entendo polícia trabalhar das 7h30 às 13h30, depois tu não encontras, tu tens que ligar para quinhentos para encontrar, ou quando tu encontras, tu encontras só os mesmos. Então é uma reivindicação que eu faço aqui como Delegado Geral e Vossa Excelência junto ao Governo; também pleiteiem. E eu defendo isso em que pesem, muitos também não gostarem, inclusive, da própria Casa, que a polícia civil tenha um horário diferenciado. Nos altíssimos índices de criminalidade que nós vivemos é inadmissível polícia trabalhar meio turno no Estado de Rondônia. Esta é a minha fala.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Agora com a palavra o Diretor da POLITEC.

O SR. GIRLEI VELOSO MARINHO – Bom daí a todos, bom dia o Excelentíssimo Sr. Deputado Jesuíno, ao Excelentíssimo representante do Secretário, Comandante Adilson, pelo qual eu cumprimento todos da Mesa; ao Dr. Sandro Micheletti que está na plateia que é meu diretor adjunto. Senhores, as infrações que deixam vestígios são imprescindíveis o exame de corpo e delito. Como o nosso Presidente do SINSEPOL falou que foi apreendido mais de 400 toneladas; e nessas mais de 400 toneladas é um necessário um perito para materializar esse tipo de crime. Senhores a nossa perícia nós temos aqui o Dr. Franklin lá de Vilhena, vai de Guajará a Vilhena, e nossa perícia atende Vilhena, atende vários municípios, como as demais regionais do Estado de Rondônia. Se aumentar, como aumenta todo o efetivo de todas as corporações, aumenta o trabalho, aumenta a demanda, isso recai sobre a perícia criminal do Estado de Rondônia e nós precisamos também acompanhar esse aumento do efetivo. A nossa perícia criminal é recente a nossa autonomia, mas, nós somos aqui, nós somos destemidos pioneiros para desenvolver um trabalho de qualidade para a sociedade do Estado de Rondônia. Mas não como superpotência, mas como operador globalizado visando o cidadão, que é o cidadão que interessa, por que se tirar o cidadão pode acabar o Estado, pode acabar a POLITEC, pode acabar a Polícia Civil, pode acabar a Polícia Militar por que é o cidadão que precisa. E é nessa filosofia de trabalho que nós estamos desenvolvendo o trabalho da POLITEC. Nós acreditamos no nosso Governo do Estado de Rondônia, nós acreditamos nas nossas Secretarias, nós acreditamos no nosso Ministério Público, Dr. Shalimar que é um grande companheiro, e o senhor Excelentíssimo Deputado Jesuíno, a polícia técnica precisa também de peritos, precisa de perito para materializar o crime, para coletar impressões de digitais, para coletar sangue, para uma boa indicação da teoria, para materializar crimes diversos. Então nós estamos juntos nessa empreitada, mas, nós acreditamos no nosso poder político, nós acreditamos no nosso Secretário de Segurança Dr. Reis, nós acreditamos que vai ser resolvido esse problema com o nosso comandante Adilson, e nós acreditamos no nosso Governo. E nós estamos aí para trabalhar, para trazer uma nova gestão pública com foco no cidadão para esse Estado de Rondônia, por que a sociedade que merece, a sociedade paga alta carga tributária,

então ela merece um serviço de qualidade. Era isso que eu queria dizer e obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Fala agora o Coronel Adilson, adjunto da SESDEC.

O SR. CEL. PM ADILSON – Bom dia a todos. Cumprimentar o Deputado Jesuíno, de antemão parabenizar pela iniciativa da Audiência Pública; cumprimentar o Dr. Shalimar, nosso Promotor da 20ª Promotoria, responsável pela Segurança Pública; Cumprimentar o Dr. Eliseu, Diretor Geral da Polícia Civil; Jales, Presidente do Sindicato; Girlei, Diretor da Polícia Técnica; cumprimentar o companheiro Mattos, nosso adjunto lá na Civil; João de Deus, Delegado; Júlio Ugalde, que nos acompanha, assessor nosso na Secretaria de Segurança; através do bacharel Rogério Pereira, cumprimentar os excedentes do último concurso; senhoras e senhores; a imprensa. Primeiro, parabenizar as palavras dos que me antecederam, Dr. Eliseu, me fez lembrar uma pessoa que eu admiro muito, não sou político, mais admiro muito e vi na sua pessoa aqui nesta tribuna, a pessoa do nosso Pedro Simon, nosso Senador, suas expressões e suas palavras, parabéns. Senhores, sei, tirando a brincadeira de lado, mais sei da importância dessa Audiência e a Secretaria de Segurança através do Secretário o Dr. Reis, ele vem buscando não só para Polícia Civil, como para as demais Instituições: PM, Bombeiro, Polícia Técnica buscando um aumento de efetivo e não é de hoje, essa luta é incansável, o Deputado Jesuíno foi testemunha, até mesmo para que se aumentasse o número de candidatos nesse último concurso, na última convocação do concurso, ele acompanhou. Então, além, do que foi falado; questão técnica, questão jurídica, existe no Governo do Estado uma Mesa de Negociação, essa mesa chamada MENP, ela é composta pelo Secretário da Casa Civil, pelo Secretário de Planejamento, pelo Secretário de Finanças e pelo Procurador Geral do Estado. Com certeza, através desse trabalho que está sendo feito pela polícia civil, na pessoa do Dr. Eliseu e seus técnicos, nós vamos conseguir convencer a essa Mesa, a importância dessa convocação. Não vamos descartar isso, não descartamos isso desde o início, nós estamos empenhados nesse sentido, essas palavras foram ditas também pelo Secretário de Segurança, Dr. Reis, estou retransmitindo aos senhores, ele está imbuído nessa busca, Deputado, e o senhor sabe mais do que ninguém, da importância do apoio da Assembleia nesse sentido e em especial dessa comissão, na sua pessoa, na pessoa do Deputado Léo Moraes, para que a gente possa com certeza fazer essa nova convocação. O Rogério, falou sobre o papel do gestor, não é Rogério? Tu falaste aqui a respeito de menos custos para atingir o objetivo. É evidente que sairia um custo altíssimo se convocássemos meia dúzia para cobrir somente esses 21 candidatos aí que desistiram da formação. O custo seria muito alto, chamar só 21. Então, eu peço para os teus companheiros terem paciência no sentido que a gente possa ter um número maior para a formação, porque como gestor, o custo é muito alto formar um número pequeno. E o policial PM, civil, o próprio bombeiro, até mesmo o pessoal da Polícia Técnica, o pessoal da Segurança Pública, entendam, a sua formação é diferenciada, quando se fala em concurso para professores, ele fez o concurso, apresentou títulos e tudo mais, ele aguarda

e pode ser chamado; já o policial, ele vai para dentro de uma academia aprender a tirar, aprender as técnicas, tudo a respeito da Segurança Pública, nós não podemos simplesmente formar e depois, conforme passa aí 01, 02 anos e convocar. Então, nós precisamos é convocação imediata. A necessidade de efetivo ela é real, ela é eminente, ela é vista, o Dr. Shalimar já apresentou estudos nesse sentido e nós sabemos dessa real necessidade. Então, conte conosco nesse sentido, como gestores da Segurança Pública de que nós vamos apresentar sim, a Mesa de Negociação, essa nova convocação, uma nova formação de policiais. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu vou, tem a última fala do Dr. Shalimar, mas tem um cidadão Valdemir Cardoso Piauí, representante da Comunidade da Zona Sul.

O SR. VALDEMIR CARDOSO DE ALMEIDA – Como já fui apresentado, o meu nome é Valdemir Cardoso, para aqueles que não me conhecem e gosto de ser chamado de Piauí, é um apelido que tenho desde que cheguei a Rondônia, em 1966. Quero aqui parabenizar e saudar a Mesa, Excelentíssimos senhores Deputados, Secretário de Segurança Pública, todas as autoridades presentes, senhores e senhoras. Eu acredito que o maior objetivo hoje nessa audiência, tem um objetivo muito especial, porque somos todos a favor e defendendo o direito de quem nos defende que é a polícia civil. A polícia civil tem um dever, obrigação de defender o direito do cidadão. Mas para isso acontecer, nós sabemos muito bem, senhor Secretário e senhores Deputados, é necessário um apoio direto do Sr. Governador do Estado, junto com esta Casa, que nós tanto admiramos. Senhores Deputados, e senhor Secretário de Segurança, se nós falamos de segurança pública, a necessidade de segurança pública na nossa Capital, imagine o restante do Estado. E nós vemos pessoas que estão concursadas até mesmo como delegado, agente de polícia, e que estão aguardando aí a serem chamados para ocuparem seus cargos, não sei por que isso ainda não aconteceu, não quero aqui agravar ninguém, mas, se algumas palavras das minhas, das minhas palavras agravar, me perdoe. Perdoe-me porque quem tem o tempo de Rondônia, que eu tenho, eu conheço o problema de Rondônia, junto com o Governo, junto com o Secretário de Segurança, junto com a Assembleia Legislativa, junto com todo o povo de Rondônia, e não é só na Capital como também no interior. Meu Deus do céu! Nós vemos meus amigos, senhores e senhoras, famílias sendo assaltadas, famílias sofrendo consequência na mão dos bandidos, sofrendo muitas vezes por falta de policiais, policiais que estão aí concursados para serem empossados, para assumirem os seus cargos, defendendo a sociedade e isso até hoje não aconteceu, porque eu não sei. Mas como nós somos Segurança Pública, como nós somos polícia civil, defendemos o direito de policiais como a gente defende o nosso, repito, nós temos uma preocupação de pedir ao senhor Governador junto às outras autoridades desta Casa, que possam nos socorrer antes que as coisas piores, porque sofrimento também tem limite, não é importante para o cidadão, para a família que paga tanto imposto nesse país, nesse Estado, sofrer consequências que podia ser beneficiado e que podia ser muito bem assistido, por falta de quê? Muitas vezes por falta não de uma boa administração,

mas, existe um provérbio popular que diz: “que quem quer saber onde o sapato aperta, calça o sapato”. Ou seja, em outras palavras, passe pelo problema de quem está sofrendo. Quem quiser saber o problema de uma comunidade, igual aqui a qual eu estou representando a Zona Sul de Porto Velho, do qual numa reportagem eu pedi ao senhor Governador e a Assembleia Legislativa, eu quero hoje falar aqui pessoalmente. A Zona Sul, senhor Secretário de Segurança, e senhores Deputados também é Rondônia, também é Rondônia. Nós precisamos ver a situação da segurança pública na região não só da Zona Sul de Porto Velho, como eu estou representando, mas, também em outros e outros locais que os líderes evidentemente não estão aqui. Eu quero dizer com a experiência que eu tenho de segurança pública, de administração, se o senhor me permite, eu quero só colocar aqui um pequeno detalhe. Quando Prefeito em Jaci-Paraná, eleito pelo povo na época do Governo Raupp, e que quando eu entrei era o Governador Piana, que os soldados e cabos viviam na rua pedindo o salário, pedindo o pagamento, Jaci-Paraná mantinha gente morta, estuprada dentro da vala. Eu enfrentei 12 oficiais ali naquele Comando da Polícia Militar. E o Coronel se sensibilizou com o meu pedido, mandou uma equipe, inclusive, um Major, e nós lá conversando a respeito da necessidade de segurança pública em Jaci-Paraná, senhor Secretário, ele disse assim: “Piauí, nós vamos fazer essa pedra dar leite”. Ora, senhores, nós estamos necessitando de fazer essa pedra dar leite. E essa pedra só pode dar leite combatendo a criminalidade, empossando os Delegados e os policiais que estão aí concursados. Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Agora o último Orador, Dr. Shalimar, Promotor de Justiça.

O SR. SHALIMAR CHRISTIAN MARQUES – Deputado Jesuíno Boabaid, é uma satisfação, agradeço ao convite e parabênz por essas várias Audiências Públicas que Vossa Excelência tem convocado, e, trazido diversos temas à discussão aqui nesta Casa de Leis. Ao Coronel Adilson, aceite meus cumprimentos, aos quais estendo a todo Poder Executivo. Ao Dr. Eliseu Muller, aceite meus cumprimentos, aos quais estendo a toda a Polícia Civil do Estado de Rondônia. O senhor Jales Moreira, Presidente do Sindicato do SINSEPOL, aceite meus cumprimentos, e não podia deixar aqui de fazer meus cumprimentos a esta pessoa, ao Dr. Girlei, Perito Criminal, Diretor da Polícia Técnica, a quem incumbiu o Estado de Rondônia a levar essa polícia a novos caminhos, a uma nova formatação com a separação administrativa entre Polícia Civil e Polícia Técnica. Aos demais presentes, aceitem aqui meus cumprimentos.

Pois bem, com relação a essa situação dos aprovados do concurso da polícia civil, do efetivo da polícia civil, efetivamente, para mim já está praticamente se tornando lugar comum essas discussões. E em razão disso já ajuizei uma Audiência Pública para que fosse aproveitado o efetivo existente dos aprovados no concurso, para a polícia civil. Por que é que eu fiz isso? Foram feitos 03 concursos públicos, utilizando-se a mesma equipe técnica, a mesma instituição e o edital de forma bastante semelhante. Para a polícia militar dobrou-se o efetivo; para o Corpo de Bombeiros dobrou-se o efetivo, e, para a polícia civil, alega a Secretaria de Planejamento que o edital veda essa dobra, ou veda qualquer outra contratação. E, por incrível

que pareça, em relação à necessidade, havia muito menos necessidade da dobra da polícia militar, do Corpo de Bombeiros do que efetivamente da polícia civil. Eu digo isso pelo seguinte, a polícia militar conta com um efetivo de 50% bruto. É lógico que atualmente, pronto, apenas 37%. O problema causa que a polícia civil tem um efetivo total em relação à lei, que prevê o efetivo da polícia civil, de 35%. Um efetivo de 35% que retirado 8,34%, que são as saídas constitucionais de férias, nós chegaríamos a um efetivo de 26%. Depois disso, tomando um gancho aqui na fala do Dr. Eliseu, 87 pessoas estão aguardando aposentadoria. Somado a isso, 59 policiais, entre policiais civis, agentes e delegados de Polícia, estão cedidos a outras Secretarias, o que chega a um número de, mais ou menos, 146 pessoas, o que daria praticamente 10% do efetivo da polícia civil. Ou seja, é impossível uma polícia com cerca de 20% atuar. Eu falei com relação à questão do efetivo, da discussão acerca do TCO que discutia-se a utilização do TCO, para que desse melhor trabalho à população, se esses mesmos policiais fossem disponibilizados à polícia civil para a realização do TCO, a polícia civil também faria um trabalho melhor. A questão em relação à polícia civil é única e exclusivamente a falta de efetivo. Em razão disso além dessa ação que trata do concurso, estou ajuizando essa semana a ação civil pública que trata da recomposição do efetivo total da polícia civil. Agora mais um ponto em relação aos aprovados. A questão dos aprovados, acredito que isso é mais uma decisão política do que efetivamente financeira, e vou explicar depois por quê? Já disse em outras reuniões privadas que o problema da Segurança Pública, infelizmente aqui no Estado de Rondônia vai ficar para a próxima administração. Os aprovados em relação a isso, o STF já decidiu que somente poderá ser aberto um novo concurso uma vez apresentado a necessidade da administração, após a contratação daqueles aprovados no concurso anterior. Então a situação de vocês, a princípio, é bastante cômoda embora seja chata, porque isso não vai ser resolvida de forma tão rápida. No que diz respeito à questão da necessidade financeira aqui, eu peço só um pormenor. É apresentado pelo Estado de Rondônia a fim de alegar necessidade de se atender a Lei de Responsabilidade Fiscal que o Estado se encontra em um índice próximo de 57, quando o limite prudencial seria 57, o Estado apresenta, desculpa, 56. No próprio Portal de Transparência do Estado de Rondônia, ao se analisar o índice de responsabilidade do Executivo, nós temos ali em 2010 o Estado estava com 39.81, depois em 2009, 2011 - 39.81, 2012 - 43.60, 2013 - 46.60, 2014 - 43.63; dados do próprio Portal de Transparência do Estado de Rondônia. E em 2005 o índice de Responsabilidade Fiscal do Estado é de 44.39. Ou seja, há uma margem de 2% para a contratação de pessoal. E o Estado ao invés de apresentar esses números que estão presentes, ele apresenta um número consolidado que entra o índice de Responsabilidade Fiscal do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, do Ministério Público que são instituições que possuem autonomia financeira, e que tecnicamente não trazem nenhuma repercussão para o Estado. Então 2% dessa margem, representa, necessariamente o orçamento do Ministério Público, ou seja, o Estado tem condições de contratar em pessoal outro Ministério Público. De forma assim bem simples para que vocês entendam. Mas eu entendo que nós estamos passando uma crise no Brasil todo e o Estado busque

essa margem de 2% para se manter, garantir algumas outras situações que são de interesse de toda a coletividade também. Mas tecnicamente margem para contratação nós temos 2% do orçamento do Estado, vez que o limite é 46.55 que corresponde a 95% da receita líquida corrente do Estado. Em outra situação também, a SESDEC, ela produziu um estudo e foi apresentado a SEPOG que ela precisava para esse concurso de 2014, de 400 profissionais. A SEPOG autorizou 144; faltam 256 e esse é o pedido referente ao concurso. A questão é que a SESDEC apresentou uma proposta financeira em que havia uma redução de custo na ordem de R\$ 2.900.000,00, e que esse valor para contratação de 400 pessoas representaria pouco mais de R\$ 1.600.000,00, ou seja, havia bastante margem para a contratação à época do concurso, mesmo assim, foi negado. Apresentadas as ações referentes a essa situação, essa informação através da SEPOG de que não existe efetivamente essa margem, ela não foi apresentada. Não foi apresentada e se mantém dessa forma, ou seja, desde 2013 quando foi apresentada a proposta, à Secretaria de Segurança apresentou dados financeiros de que havia uma margem considerável para a contratação. No entanto, essa contratação acabou por não ser feita. Um detalhe aqui, só acrescentando, de acordo com as informações da própria Delegacia Geral de Polícia para a instrução do inquérito nº 05/15, o número hoje de policiais civis é 1.892. Então o número é até aquém daquilo que foi apresentado. E, infelizmente, não há possibilidade no Estado de se discutir qualquer possibilidade de Segurança Pública sem de fato um aumento do efetivo policial. Só para deixar claro alguns índices, de 2010 quando a polícia civil tinha 2.482 policiais, o número de inquéritos era 11.940, passaram-se todos esses anos e uma curva ascendente, hoje o número de inquéritos instaurados, dados esses de 2015, são 21.969, então a diferença é muito grande, ou seja, aumentou o número de inquéritos instaurados e diminuiu a quantidade de policiais para poder dar o devido encaminhamento a essas investigações. Então, infelizmente, o que eu posso trazer a vocês aqui é justamente essa situação. Há margem existente para contratação, a propositura das ações que já foram feitas, no Estado todo são 13 ações civis públicas e eu estou entrando com mais duas ações esta semana, inclusive, a da recomposição do efetivo da polícia civil. Era isso que eu tinha para falar para vocês, muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Alguém mais quer falar? Não. Eu queria só fazer um breve resumo, antes de fazer o deslocamento para cá a questão política hoje depois desta audiência pública, eu já venho alguns dias manifestando, eu sou um dos Deputados que mais apresenta requerimento quanto as matérias tramitando no âmbito desta Casa, eu pergunto em todas as matérias a questão orçamentária, a questão dos pareceres jurídicos e a questão da motivação por parte do Executivo, ou seja, a partir desta data, eu já tenho compromisso, nenhum projeto de lei que possa aumentar seja para qualquer cargo, valores não irá passar aqui, deixo bem claro, eu vou pedir vistas, vou pedir orçamento para a MENP, porque eu vi também a questão da MENP, a MENP é a Mesa de Negociação com o Estado e a MENP apresenta um projeto nesta Casa de 326 cargos criando, criando, dando autonomia para uma criação de cargos de alto nível, ou seja, serão pessoas

com remuneração de 7 a 15 mil reais que deverão ser concursados e aprovados e que foi falado aqui também. Como é que querem criar cargos se a partir do momento que há uma autorização, se não tem condições mínimas para contratar aquilo que está sendo retirado, ou seja, está sendo aposentado, está indo para a reserva remunerada. Vou apresentar também um projeto de lei para o Governo do Estado de Rondônia através de PEC, porque é PEC, a gente pode apresentar uma PEC, que o Governo do Estado de Rondônia não faça nenhum concurso público, ou seja, a partir do momento que o servidor for aposentado, o Governo deve contratar. Eu sei que é uma interferência estatal, eu sei que ele pode vetar e discutir isso numa Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas é uma forma de obrigar também a ele fazer o mínimo, se eu tenho servidores, 100, 50 vão para aposentadoria, o que o Estado deve fazer? Contratar pelo menos o mínimo, e aqui não está fazendo. Senhores, infelizmente, como bem disse o Dr. Shalimar e outros aqui que me antecederam, que falaram, não há um olhar realmente com bons olhos por parte do Executivo quanto à questão da segurança e a segurança é um dos pilares, eu falo no contexto geral para um bom andamento no Estado Democrático de Direito, prova tanto que hoje nós estamos vendo, estamos assistindo a situação de diversas ações, ou seja, operações por parte do Estado, eu falo de questão do âmbito federal, entre a Polícia Federal e a Justiça Federal, e ali está mostrando a eficiência, Promotoria, Procuradoria, Justiça e Polícia. Aqui no Estado de Rondônia eu posso falar, é sucateada sim, não era para eu estar discutindo essa questão aqui de segurança porque o Governo que tinha que ter o zelo por isso. Eu vou zelar, eu não estou falando aqui, viu Secretário, a Secretaria tem a sua limitação, ela pede, mas, tem que chegar ao gesto maior que é essa tal de MENP, mesa de enrolação para mim, mesa da enganação, porque quando quer criar cargos de seu interesse vem aqui, fica falando uma série de coisas, argumentando. Não vai mais passar! Eu vou já logo falando, não abro mão de requerimento, todos os meus requerimentos que estiverem nessas matérias em se tratando de discussão, seja para aumento, seja para criação, seja para discussão de qualquer coisa que onere o Estado não vai passar, não vai passar. Eu quero dizer, senhores, eu estou fazendo o meu papel sim aqui também, destinei emendas parlamentares para a polícia civil, dizer também que emendas parlamentares não podem, exemplo, fica uma conotação da tua fala, que as emendas irão poder ajudar na questão da contratação. Ela pode sim, uma reforma, uma situação de material, mas, quem vai efetivar isso aí é o Governo do Estado de Rondônia, é ele que deve pagar o orçamento e as emendas não podem serem usadas para esse fim, até porque aí nós estamos fazendo o papel do Governo então Governo tem que a administração dele, os gestores dele que devem primar por essa situação.

Dr. Shalimar, ele tem sim, está fazendo o seu papel, a Promotoria através das ações civis públicas, pertinentes, mas, o entendimento Judiciário na sua maioria das vezes é o seguinte: a justiça não pode interferir no Governo, não pode. Só em casos excepcionais, inclusive eu estou com uma sentença, que foi aberta aqui na Comissão de Segurança Pública, nós já expedimos recomendação Legislativa, nós já fizemos, ouvimos aqui, requisitamos informações e aqui tem uma sentença lá de Jarú, eu vou até requisitar informações se

o Governador está descumprindo essa sentença porque o artigo 66 da Constituição Estadual é bem claro: “o Governo deve cumprir”. São seis e sete incisos e um deles fala: “decisões judiciais, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade”. Espero eu, espero eu que esta sentença deve está sendo cumprida, espero eu; porque se não estiver, de antemão já vou instaurar o procedimento nesta Casa para responsabilizar as pessoas que não estão cumprindo essa determinação judicial. Nós como Parlamentares, como fomos eleitos, eu quero deixar bem claro, nós também temos limitações, temos limitações, eu não posso também interferir no Executivo, mas, posso fiscalizar, posso controlar, nós podemos controlar, tomar essas medidas e também podemos agir de forma política aqui dentro e aqui eu vou fazer, é o que eu irei fazer.

A Polícia Militar, e aí eu quero deixar bem claro, teve sim um benefício, senhores, mas o benefício dela, ela teve que abrir mão de um benefício, no horário dele de folga o Estado pagava um percentual, um valor para ele e na discussão porque não tinha, o Governo sempre fala na LRF atingiu o limite, eles abriram mão desse valor e reescalou, fez o escalonamento daqui até 2017 para receber 5.75 aonde o praça recebia setecentos e poucos reais; vai receber quinhentos reais no final dessa negociação. Então, abriu mão do direito para ter, como vou falar assim, para ter uma vantagem na sua remuneração. E que vantagem é esta? Porque estão se desdobrando também escalas exaustivas, infelizmente é assim, infelizmente a gente olha, a gente sabe, a gente entende que as prioridades que deveriam ser tomadas por parte dos gestores, por alguns gestores não atendem realmente o interesse da sociedade no aspecto geral.

Dizer, Jales, que qualquer Plano de Cargos e Salários que chegar nesta Casa nós certamente, não só o Deputado Jesuíno com os demais Deputados aprovam, coloca em pauta, o parecer é dado aqui, porque a gente entende que o Governo encaminhou e para que discutir? Já discutiu com a categoria, o que é que a Assembleia tem que discutir. Só se tiver alguma pegadinha e eu faço também às vezes o zelo de olhar para que não haja nenhum prejuízo. E porque é que eu digo isso. Alguns Projetos que estão aportando nesta Casa vêm com alguns dispositivos: “revoga tal...”, vem revogando um monte de dispositivo. Se você não analisar, revogou um direito de vocês e aí depois para voltar para cá fica difícil, fica difícil.

Então assim, eu vou abrir a fala para você, deixar claro o compromisso comigo nesta manhã nesta Audiência Pública, fiquei muito feliz com a fala do Dr. Eliseu que 15 dias ele vai encaminhar um estudo para a SESDEC, que eu vou pedir, eu já vou oficializar a SESDEC para que esse estudo seja encaminhado à Comissão de Segurança Pública para a gente acompanhar também essa situação. Quantos aprovados? Quantos foram para a transposição? Quantos foram aposentados? Porque eu não vou querer receber um não por parte do Sr. George Braga. Se ele vir falar que não tem condições em pelo menos fazer o mínimo de contratar, então todos os Projetos que tiver nesta Casa, e aqui eu falo com vocês, é um compromisso, não vai passar. Não vai passar. Ele vai ter uma dificuldade imensa, vou falar amanhã, já vou deixar claro, eu vou usar a tribuna amanhã, na terça-feira sobre essa Audiência. Então, Sr. Secretário George; porque não é o George Braga, e aqui eu lendo uma

Ata, é a Sra. Helena que é Presidente da MENP, é Helena que é Presidente, ele coloca a Helena, Secretária lá da SEGEF como Presidente, nem ele encabeça como Presidente, ele é o vice para não pegar pancada, quem pega é uma outra ele não pega pancada ele fica como..., ali, não, é a Presidência. Mas de antemão eu vou fazer o compromisso com os senhores, todos os Projetos que estiverem aqui, são mais de 60 do Executivo eu já pedi requerimento. E porque é que eu digo não vai passar? Porque enquanto não chegar indicativo de orçamento, motivação, parecer jurídico, e, eu ainda vou chamar Audiência Pública, todos os Projetos que forem dessa magnitude de discussão, de criação eu vou chamar Audiência Pública para discutir. O dispositivo Regimental me dá essa garantia, então vou fazer de bom grado, de bom uso. Não vai mais passar assim não. E vai ficando. Ah! Eu quero passar não sei o quê, que chegam aqui com uma choradeira. Que isso a gente vai perder recurso? Vai perder nada. Quem está perdendo é o cidadão que está sendo roubado, está sendo violentado, que está tendo suas casas furtadas por conta de má gestão, é incabível, inaceitável. Eu aqui como Parlamentar que fui eleito poder fazer nada. Vou fazer e estou fazendo sim, dentro das minhas limitações, por que eu também não sou, isso aqui não é um cargo máximo, aqui é um colegiado, eu sou membro de um Poder e neste Poder existe mais 23, então se não bom grado, se não tiver um consenso aí a coisa também não flui como deveria fluir. Mas nessa legislatura está sendo bem diferente, é perceptível, a gente está tentando trabalhar de uma forma diferenciada, então se há legitimidade, se há legalidade, se há orçamento por que fazer um novo certame? E só para 2019, se você for fazer o cálculo realmente é só para 2019, então 2019 como bem disse o Dr. Shalimar a polícia civil não existe mais, não existe mais, acabou a polícia civil. Se têm vinte e dois mil inquéritos, salvo engano, foi isso que foi falado, vai para 50, inquérito esse que só está chegando e arquivado, arquivado, arquiva-se, arquiva-se por que não tem recursos humanos, não tem agentes, não tem delegados, não tem escrivão, não tem uma Polícia Técnica realmente equipada, não tem nada. Falando assim: “O Jesuíno só trabalha em nome da segurança pública”. Senhores eu estou discutindo todos os temas, sexta-feira eu discuti regularização fundiária, eu discuto tudo, nós somos deputados do Estado de Rondônia. Mas eu tenho olhar, eu tenho olhares, eu vim dessa força, hoje eu não me encontro mais na caserna por questão judicial, com uma decisão judicial, decisão administrativa, desculpa, mas, eu tenho ainda assim, tenho um irmão que é policial civil, tenho um tio que é policial civil, tenho vários amigos delegados, tenho oficiais, esse corpo, eu entendo, agentes, eu me sinto bem, bem à vontade para discutir segurança. Eu já passei do outro lado, eu não fui policial civil, mas eu fui militar e trabalhamos em conjunto na época ali na Central de Polícia e vi e entendo como labutam tanto o delegado, quanto os policiais, quanto o escrivão, então eu entendo. Então eu fico feliz nessa manhã por que eu não vi o discurso destoadado, do diretor, do Sub-Secretário, não vi, eu vi que eles têm o interesse. Já que tem o interesse vou abraçar essa causa mais ainda. O Deputado Léo Moraes eu acredito que não esteve presente por que questão como eu falei, questão da saúde dele, está fazendo uns exames, mas, também é um militante, é o Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública ele

também é, ele tem uma militância no aspecto da segurança. Então estou presente, irei levar todas as informações amanhã, terça-feira na comissão às oito e trinta e esse é o meu compromisso, concurso da polícia civil seja de delegado, nós estaremos aqui brigando que haja a contratação de todos, não iremos aceitar mais, tem orçamento, tem viabilidade e tem todos os requisitos para que haja essa contratação. Então eu fico feliz nesta manhã em poder ouvir isso, vou abrir aqui a fala para o senhor, vou lavrar uma ata resumida, vou encaminhar para o Ministério Público o áudio, a ata, tudo para constar também no Judiciário essas informações, para entenderem quando ele ouvir; olha o Governo tem sim como viabilizar esse concurso, tem sim. Então de antemão todos os projetos do Governo do Estado está sobrestado enquanto não tiver informações destas contratações, esse agora vai ser o meu posicionamento nesta Casa, não vou abrir mão do meu direito, não vou ser covarde de depois não pode olhar: falei aqui e agi de outra forma? Não, então o meu posicionamento é esse, não vou mais, aqui é um recado para o Governo, por que eles estão assistindo, tudo que nós estamos falando aqui eles estão assistindo lá por que isso aqui é tudo *on line*. Então fica aqui o recado para o Governo, para o alto *staff*, enquanto não houver um posicionamento sério e firme por parte da MENP em contratar essas pessoas, nenhum projeto do Governador, ou seja, de contratação ou de aumento ou de qualquer coisa, vai passar de forma amigável, ou seja, se depender de mim, vou fazer de tudo estar parado aqui sobrestado. Passo a palavra.

O SR. ADRIANO FRANÇA – Excelentíssimo senhor Deputado Jesuíno Boabaid, Excelentíssimo Diretor Geral da Polícia Civil, Dr. Eliseu Muller, Excelentíssimo Sr. Coronel Adjunto, Coronel Adilson, Adjunto da Secretaria de Segurança Pública. Excelentíssimo promotor de Justiça, Shalimar. Excelentíssimo Diretor da POLITEC, Girlei e nosso querido representante Sindical e amigo pessoal Jales Moreira, em nome de quem nós cumprimos a todos os presentes. Eu sou excedente também ao cargo de delegado de polícia civil já pertencente ao quadro de polícia civil, eu sou agente de polícia desde o ano de 2005, cinco anos do quais servi na Delegacia de Machadinho d'Oeste, onde exerci o cargo de Chefe de Investigações naquela Comarca, os demais anos todos na Delegacia da Mulher de Ariquemes, onde também exerço o cargo de chefe de Investigações. É lamentável, é lamentável a situação em que nós nos encontramos neste exato momento. Confesso que o momento é oportuno e vejo com muito otimismo as atitudes aqui são tomadas através dos discursos que são falados. Quero parabenizar o Deputado Jesuíno Boabaid que representa toda nossa Assembleia Legislativa, quisera eu, quisera eu pudesse todos os Deputados aqui estarem engajados nessa briga, porque não é uma briga apenas pela polícia civil, não é uma briga apenas pelos excedentes aos cargos seja de delegado, seja de agente, seja de escrivão e os demais cargos, não é uma briga pelo Estado de Rondônia, não, não é uma briga pelo Estado de Rondônia. Nós estamos aqui numa luta pela sociedade, pela sociedade do Estado de Rondônia, quem precisa de segurança pública, quem precisa de segurança pública não são as autoridades constituídas, nós estamos aqui para prestar serviço, serviço de segurança pública, quem precisa de segurança pública é a sociedade, é o cidadão e

lamentavelmente, nós estamos como polícia civil, numa situação em que não podemos levá-la a efeito, o trabalho que a Constituição da República nos outorga. Nós temos um trabalho que a Constituição da República e a Constituição do Estado nos encarregam de fazer, no entanto, estamos limitados. Meus queridos, na verdade nós estamos no quadro da polícia e podemos perceber como muitos colegas estão sucumbindo a carga de trabalho, embora nós tenhamos uma carga horária em papel de seis horas diárias, de seis horas diárias, seis horas corridas, não fica apenas no que está no papel, na Comarca de Ariquemes, município no qual nós trabalhamos, só para se ter ideia, são trinta e seis horas semanais que nós fazemos frente a isso também somasse vinte e quatro horas de plantão semanais para os agentes de polícia, porque os escrivães de polícia fazem mais do que vinte e quatro horas de plantão semanal e os Delegados de polícia em Ariquemes fazem ainda muito mais do que os horários que os escrivães fazem. Eu tenho visto, eu tenho presenciado amigos meus; companheiros de trabalho sucumbirem sua saúde e tendo que lançar mão de atestados médicos longos e duradouros porque já não suportam mais, não suportam mais a carga de trabalho. Porque não é apenas esse expediente e esse plantão de vinte quatro horas que nos assola, nós também fazemos frente às operações da polícia civil, nós fazemos frente também a todas as investigações da polícia civil, juntamente com os Delegados de Polícia, escrivães de polícia. É premente a necessidade de contratação, na verdade a polícia civil faz parte de uma cadeia, de um sistema repressivo na qual figuram juntamente Polícia Militar, Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Secretaria de Justiça. Infelizmente a polícia civil tem se tornando um patinho feio em todo esse sistema, infelizmente nós temos nos tornado um a pedra de tropeço, porque é sobre nós que se acumula toda a demanda da polícia militar. Mas, nós não atendemos apenas a polícia militar, a polícia militar, a Sedam, a população em geral que procura os nossos comissariados e todos os demais órgãos que depositam as suas questões criminais na polícia civil. Na Delegacia da qual trabalho, na Delegacia da Mulher de Ariquemes, nós temos correndo ali cerca de 700 inquéritos fora os atendimentos de menores que nós fazemos atendimentos, porque na mesma delegacia nós desempenhamos as funções de DPCA e DAAI que aqui em Porto Velho são três delegacias separadas. Para se ter uma ideia e aqui eu vou falar de Ariquemes, de toda região de Ariquemes, porque é o que nós temos conhecimento de causa, o raio de atendimento das delegacias de Ariquemes excede os 100 quilômetros, o raio de atendimento, há lugares que nós andamos mais de 150 quilômetros para fazer atendimento. Nós temos 05 policiais na atividade externa, impossível, impossível fazer. Dr. Eliseu, recentemente alçado ao Cargo de Delegado Geral, atendendo a um clamor público do município de Monte Negro, está planejando aí, já está em via de execução, uma Delegacia em Monte Negro, mais nesse viés, Alto Paraíso que tem uma população superior ao município de Monte Negro, já clama por uma delegacia, muito anteriormente a Monte Negro. Eu tomei a liberdade de fazer uma análise das delegacias do Estado e da sua distribuição, me permitam, por favor, 26 das atuais 71 delegacias do Estado de Rondônia se encontram aqui no município de Porto Velho, 26. 04 Delegacias em Ariquemes, ainda uma delegacia para falar de toda a região

em Jaru, outra delegacia em Buritis e outra em Machadinho d'Oeste, somando 07 delegacias para atenderem 13 municípios, nenhum, aliás, com exceção de Cacaulândia e de Rio Crespo, nenhum dos outros municípios tem menos do que dez mil habitantes, nenhum dos outros municípios. Na verdade essas 07 delegacias atendem a uma população de cerca de 180 mil habitantes. Fazendo uma comparação, todas as demais delegacias estão espalhadas para o Cone Sul do Estado, fazendo a comparação com a regional de Ji-Paraná. O Município de Ji-Paraná tem 03 delegacias que atendem apenas ao Município de Ji-Paraná. Presidente Médici, perto de Ji-Paraná tem a delegacia; Ouro Preto, perto de Ji-Paraná, tem delegacia; Mirante da Serra com a população cerca de 13 mil habitantes, tem delegacia; Urupá que fica 58 quilômetros de Mirante da Serra, e no raio de 60 quilômetros de Ouro Preto d'Oeste, também tem delegacia. Acerca de vinte e poucos quilômetros tem Alvorada do Oeste que também tem delegacia, na verdade, 04 delegacias em Ariquemes, fazem atendimento de 06 municípios, é humanamente impossível, humanamente impossível levar a cabo, solucionar toda a demanda criminal do Vale do Jamari. Na verdade, a maioria dos policiais civis têm externado a sua insatisfação quanto ao acúmulo de serviço e a impossibilidade de dar uma resposta em cada caso concreto à sociedade, não temos como, porque mal começamos um caso, mal começamos um caso e já devemos largá-lo antes de terminar para atender outro caso, outros casos na verdade, confessando bem, eu estou falando de região de Ariquemes que é aonde nós trabalhamos. A polícia civil de Ariquemes, não consegue dar atendimento nem mesmo a demanda que a polícia militar nos traz, de flagrantes, por que flagrante, não é só ali na hora que a polícia militar chega e faz o atendimento, há uma série de atividades a serem desenvolvidas, posteriormente o atendimento da polícia militar quando chega, é uma atividade complexa que envolve uma série de órgãos e de requisições, que devem ser levadas a cabo antes de serem encaminhadas ao Ministério Público para que ofereça denúncia ao Poder Judiciário. Agora eu fico imaginando o seguinte: qual é o critério para se estabelecer delegacias de Polícia Civil em todos os municípios? O que levou o Vale do Jamari, a esse patamar de criminalidade, figurando entre os quinhentos municípios mais violentos do país? São seis municípios do Estado de Rondônia. Na verdade Dr. Eliseu são quatro municípios no Vale do Jamari, que estão entre esses municípios mais violentos do país, nem São Paulo se encontra, nem mesmo São Paulo se encontra entre essas quinhentas cidades, no entanto, Ariquemes está lá, Cujubim está lá, Machadinho está lá e Buritis está lá. Perdoem-me a expressão, mas, como servidor público, como policial civil, nós somos extra-horário procurados por dezenas de pessoas e infelizmente, nós nos sentimos impotentes, impotentes em atender. É mais do que hora, é mais do que hora de nós olharmos para a polícia civil, com olhos de quem quer que a polícia civil, desempenha o trabalho ao qual foi criado. Nós falamos aqui de orçamento, nós falamos aqui de condições técnicas, e já foi falado pelo Dr. Eliseu, pelo Dr. Shalimar, pelo Deputado, pelo Coronel, que há sim necessidade, que há necessidade. Já são vários cargos com vacância, com vacância. O Dr. Eliseu, falou de 87 que estão prestes à aposentadoria, mas foi falado aqui de pelo menos 43 cargos só de delegados em que já aconteceram aposentadorias que estão

lá publicados no Diário Oficial, sem contar com aqueles cargos que foram transpostos para a União. Então, nós podemos dizer, há verbas, podemos afirmar, há verbas. Vontade, nós temos, trabalhar queremos; estamos à disposição do Estado de Rondônia, do Governo para que não apenas leve a cabo o nosso sonho de galgarmos posições em que poderemos atender com melhor prestatividade a população, mas que atenda também ao sonho da comunidade de ser atendida por uma polícia que possa fazer frente aos seus anseios. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu vou encerrar a presente Audiência, até porque tem um coffee break aí, e já são 11:23, acredito que, se alguém quiser falar ainda, alguém da Mesa para as suas considerações finais. Foi importante a fala de cada um aqui, cada um se manifestou de uma forma, para mim satisfaz no aspecto político, dentro das minhas ideias e as minhas atribuições, eu já sei quais são, o que irei tomar, inclusive, eu saindo daqui eu já vou falar com o Presidente da Casa para discutir outras questões aqui rapidamente. Lembrando também, se houver necessidade, que fique claro aqui, de uma emenda parlamentar, em ajudar quanto à formação, eu preciso também, Coronel Adilson, que o senhor encaminhe, assim como eu fiz recentemente o valor de R\$ 250 mil reais para a reforma da Diretoria de Ensino da Polícia Militar, que isso vai economizar para os cofres do próprio Governo, a questão dos alugueis, que ali a FATEC, todo o curso de formação o Estado deveria tirar, ou seja, certo valor para o aluguel. Porque antes a Diretoria de Ensino estava sendo usada pela antiga SEAD e pela SEGEF também. Nem isso fizeram; nem reforma fizeram. Era o mínimo, era ter usado o local que é da polícia e reformar, também não fez. Então estou fazendo também essa situação de reformar. Eu acredito que recentemente foi reformada lá a Academia da Polícia Civil. Eu acredito, que inclusive, tem ares condicionados novos, isso foi noticiado. Mas se houver necessidade de uma emenda parlamentar para ajudar em algum aspecto na formação, eu estarei informando, eu quero essa informação para mim. Aí tem uma pergunta: se o Governador já tem uma resposta. Se a gente está discutindo hoje, não tem resposta ainda. Hoje que, ele vai ter uma resposta quando as ações que eu vou começar a tomar agora perante o Parlamento. A resposta também, que eu vou aguardar esses 15 dias que o Dr. Eliseu pediu para informar. Então, nesses 15 dias, como eu disse para vocês, todos os projetos da Casa que estiverem tramitando, que são de interesse do Governador, da SEPOG, de onde que seja, está parado. Está parado. Eles vão ter que trazer agora respostas e irei dar a devida publicidade quando chegar. Então eu vou discutir tudo isso que foi falado, tem uma ata, eu vou encaminhar para eles para a gente debater sobre essa situação.

Registrar a presença do Deputado Léo Moraes, que ele, eu já ia finalizar, agora... Fazer uso da tribuna, Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Sessão, desta Audiência Pública, Deputado Jesuíno Boabaid, que junto conosco consignou, na verdade é signatário desta Audiência, tem se dedicado na causa da Segurança Pública e logicamente que

unidos, nós somos mais fortes para pleitear as benfeitorias, as melhorias da Segurança Pública no Estado de Rondônia. Cumprimentar o Dr. Eliseu, Diretor Geral da Polícia Civil, que está aqui conosco. Dr. Eliseu, Delegado de carreira, Delegado operacional, de campo, que conhece a realidade e os entraves do Estado de Rondônia. A gente fica muito feliz em saber que tem sido muito dinâmico à frente da direção e faço sempre votos de que tenha solidariedade, compaixão e muita dedicação e afinco para que nós possamos iniciar a segunda Academia de Polícia Civil, como ele tem demonstrado ter. Cumprimentar o Dr. Shalimar, que está aqui conosco. Acabei de vê-lo, na verdade, cheguei atrasado, já peço desculpas a todos, já tinha mandado mensagem no grupo de WhatsApp que me atrasaria por conta de eventos anteriormente firmados, por questão de saúde, mas aqui estou. E também agora tive que, obrigatoriamente, ir à posse de mais alguns técnicos da Defensoria Pública, que é um pleito nosso, que continua nesse mesmo lema de privilegiarmos os concursados, em detrimento de qualquer outra atividade, em detrimento de comissionados, e lá eles fizeram questão da minha presença e lá estive. Então é uma tônica do nosso mandato. Cumprimentar Adilson, Coronel Adilson que está aqui conosco, pessoa muito sensível, muito simpática, belo profissional, hoje Secretário Adjunto de Segurança Pública. Jales, Presidente do SINSEPOL, ainda Presidente, não é, Jales? Daqui a alguns dias nós teremos eleições no Sindicato, vejo o Rodrigo um dos postulantes que está aqui conosco também, gostaria de saudá-lo. Gostaria de cumprimentar o Girlei, nosso Diretor da POLITEC, outro grande avanço que nós tivemos nesse mandato do Governador Confúcio Moura que foi a autonomia administrativa e financeira da POLITEC que certamente os frutos virão, haja vista que ninguém mais conhece a realidade da Polícia Técnica do que os próprios peritos que lidam diariamente com a Polícia Técnica do Estado de Rondônia acompanhando quase que uma regra nacional aqui também foi criada a POLITEC e já temos visto aí pela imprensa os significativos avanços que nós estamos tendo na POLITEC do Estado de Rondônia, classe que é muito unida, são pessoas extremamente organizadas e por conta disso alcançarão sucesso nos seus pleitos e nas suas batalhas. Então eu gostaria de saudar aqui de forma muito especial a POLITEC, em nome do Girlei todos os peritos criminais que fazem acontecer a Polícia Técnica Científica do Estado de Rondônia. Cumprimentar as demais autoridades que aqui estão, o Dr. Luiz Roberto que eu vejo, todos os delegados, policiais, o Rodrigo como já disse, vejo alguns aprovados também que estão aqui conosco, peritos criminais também, é uma grande honra participar deste momento e nós sempre temos aqui um lema, o Deputado Jesuíno, de sermos resolutivos, de firmarmos compromisso através das nossas audiências e que possamos através disso alcançar o resultado, o denominador comum. Estive conversando com o Governador Confúcio Moura por esses dias e ele tem sido muito sensível, muito simpático a ponto de seus olhos brilharem quando nós estamos falando dos concursados, Gaio meu amigo, Gaio Caculakis também que é concursado, porque isso nada mais é do que um direito, um direito líquido e certo e que nós temos que prestigiar em detrimento dos cargos comissionados que porventura possam ter. Nós sabemos que a Lei de Responsabilidade Fiscal existe, é uma lei que logicamente vem, inclusive, para amparar o

arcabouço do direito administrativo e também da própria administração pública, mas nós também sabemos o que é prioridade na administração pública e nós temos que tratar a prioridade na sua devida prioridade, então se porventura existem alguns contratempos que possamos resolvê-los, saná-los afim de convocar essa segunda academia o quanto antes. Nós, se fizemos uma pesquisa, Dr. Luiz Roberto, se fizemos uma pesquisa e o senhor trabalhou muito tempo na área da inteligência e sabe, se fizemos uma pesquisa qualitativa no Estado de Rondônia por incrível que pareça a principal necessidade, a principal reclamação do cidadão rondoniense é a segurança pública, e a segurança pública obrigatoriamente deságua em vários outros setores da administração, são políticas transversais que devem ser realizadas e implementadas por vários níveis de governo, quando a gente trabalha segurança pública não quer dizer obrigatoriamente ou tão somente que seja o efetivo na rua, mas nós precisamos da iluminação pública, por exemplo, nós precisamos de aula de cidadania nas nossas escolas, mas nós sim precisamos de seres humanos, de efetivo. Nós estamos aqui há um ano e foi uma grande matéria que está sendo discutida junto com o Deputado Jesuíno; o Dr. Shalimar, que é a lei do efetivo mínimo, Dr. Shalimar nossa assessoria tem ficado em constante contato, agradeço a sua deferência, a sua cortesia, para quê? Para que a gente trabalhe o efetivo de segurança pública, como uma política logicamente de Estado e não de Governo justamente para evitar que nós estejamos aqui em audiência pública para tratar desse efetivo. Nós não vamos precisar em outro momento, como é no Estado de Alagoas se não me engano, passar o pires ou implorar para que se convoque os aprovados que tem esse direito. Não, muito pelo contrário, tem um número mínimo conta da ONU, da Organização das Nações Unidas deve-se logicamente de imediato fazer o certame, um concurso público e essas pessoas devem bem servir o nosso Estado. Essa esperança, essa angústia, esse desespero das pessoas, dos nossos aprovados, dos excedentes, nada mais é do que uma grande oportunidade que o Estado tem de pelo menos adequar o seu efetivo. Nós sabemos que a Polícia Militar precisa e muito também, a Polícia Militar, Coronel Adilson nós vamos ter quantos transpostos aí? Seiscentos, setecentos transpostos até o final do ano, mas quantos que vão para o IPERON? Também são centenas, então nós sabemos que existe a necessidade. De nada adianta, por exemplo, nós apresentarmos uma emenda para uma benfeitoria física, estrutural e material das polícias se nós não tivermos o ser humano para trabalhar para esse povo, então lógico é uma convergência de ideias, é um somatório de predicados e de boa vontade para nós fazermos a segurança pública. Eu não sou policial militar, não sou bombeiro militar e não sou, por mais que eu quisesse, também não sou policial civil, não sou policial civil, logicamente que eu tenho uma dívida, um compromisso moral, ético e familiar com a polícia civil porque toda vez a fralda, o leite que me sustentou veio da polícia civil, da briosa e honrada Polícia Civil do Estado de Rondônia. Então eu gostaria de deixar aqui para vocês que toda demanda, deixar muito claro que toda demanda, que todo pleito, que toda súplica, que todo pedido da polícia civil que aqui aportar eu estarei como sentinela avançada, vigilante para lutar pelos interesses da nossa grande Polícia Civil do Estado de Rondônia, e fica aqui a última

mensagem que o Governador, Dr. Eliseu, eu sei que o senhor tem uma relação muito estreita, muito íntima com o Governador e eu posso dizer que eu também tenho uma boa relação com o Governador, embora logicamente que nós temos vários pontos conflitantes, muitas divergências não ideológicas, mas, divergências práticas logicamente de implementação dessa gestão administrativa, mas, ele tem sido muito sensível quando eu levo essas demandas dos concursados, e não à toa eu apresentei aqui na Assembleia Legislativa um projeto de lei que restringe o número de cargos comissionados na administração através de processo seletivo não é por outra coisa, eu acho que um complementa ou outro, eu já fui os dois, eu já fui comissionado e já fui efetivo, eu sei por experiência própria como eles se associam e se somam, por exemplo nós sabemos que não é tão somente tirar um comissionado que nós iremos colocar um efetivo, não, o gasto dos efetivos é três vezes maior, dependendo da área de atuação quatro, cinco, no mínimo 2.4, então nós temos que tocar esse grande infortúnio, essa dificuldade por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal com coerência e mais que isso com gestão, sem gestão ninguém avança. Se todos nós estivermos irmanados, abraçados do propósito do Chefe do Executivo estadual certamente nós teremos essa segunda academia como nós brigamos pela primeira, de forma diuturna e tive o apoio integral da Polícia Civil do Estado de Rondônia. Tinham dificuldade? Vamos sanar. Está faltando ar condicionado? Vamos atrás. Precisa instalar? Vamos também atrás. Precisa de cimento, de areia? Também vamos atrás. Porque isso não é favor que eu estou fazendo, é minha obrigação e mais do que isso, talvez eu possa até me arriscar, é minha paixão junto com mobilidade urbana, é minha paixão tratar de segurança com muita responsabilidade, isenção, parcimônia, diálogo, mas logicamente sermos duros quando nós precisamos ser duros. Então fica aqui o meu apoio integral e irrestrito a segunda academia de Polícia Civil para os diversos cargos que terão que ter sem prestigiar ou privilegiar qualquer um que seja, afinal a polícia precisa de um tudo, ela teve agora grande avanço em escrivão? Teve, mas ainda precisa. Precisamos de agentes? Precisamos. Precisamos de peritos, delegados, e todas as outras atividades. Então conte conosco, Edelman que deve estar aí, também é um lutador engajado, sempre entra em contato pelo whatsapp, está aqui conosco, e nada mais propício e oportuno do que falar essa união é preponderante para que as coisas avancem, experiência de quem está aqui há 14, 15 meses no mandato e tem visto as coisas avançarem, às vezes não na velocidade que nós gostaríamos, mas tem avançado, Defensoria Pública tem avançado, Sedam que é outra luta tem avançado, primeira academia de polícia também, agente penitenciário. Hoje nós tivemos a publicação no Diário Oficial e a publicação nos sites dos 158 agentes penitenciários que vão tomar posse depois de uma luta ferrenha, depois de uma luta hercúlea, inclusive, com a Defensoria Pública em promover esses aprovados como servidores efetivos do Estado de Rondônia que vão fazer o mesmo que vocês, vão atender quem mais precisa. Defensoria Pública tem uma peculiaridade como vocês, vão atender na ponta da base, na ponta da corda quem mais precisa e quem às vezes não enxerga um apoio institucional, um braço amigo estendido do poder do Governo Estado de Rondônia e é isso que é a nossa obrigação, então contem conosco. Parabéns

Deputado Jesuíno Boabaid, parabéns a todos que estão nesta Mesa, a todos que estão aqui e conte de forma incondicional com o meu apoio nessa luta. Fiquem com Deus.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Só para resumir, Deputado Léo, ficou consignado o seguinte aqui hoje, o Dr. Eliseu Muller vai mandar um estudo que está sendo feito para a SESDEC no prazo de 15 dias, vai encaminhar para a gente esse resultado, todos os projetos que estiverem aportados nesta Casa com a questão, discussão de aumento, de aumento de efetivo, qualquer coisa que seja que possa gerar impacto orçamentário, efetivo não, desculpa, impacto orçamentário para os cofres do Governo esta Casa está, no caso nós iremos pedir vistas e iremos pedir também as devidas informações quanto ao cumprimento; vou também requisitar informações a MENP nesses 15 dias após essa documentação chegar aqui, não só com a MENP, também com o Secretário da Casa Civil Emerson Castro para que ele sente, seja com o Secretário de Segurança, todo mundo, a gente vai fazer uma mesa redonda para discutir esses concursos que são abertos. Então essa é a nossa propositura desta manhã quanto à demanda da polícia civil. Então vou finalizar já a audiência pública, alguém mais quer falar? Não. Então quero agradecer novamente a paciência por estarem aqui presentes, dizer que, como disse o Deputado Léo Moraes, esta Casa tem uma nova roupagem, tem um novo segmento, vários Deputados, cada um com ideal, cada um tem um pensamento, mas, graças a Deus teve realmente uma mudança já perceptível a forma que hoje a Assembleia Legislativa discute os temas de grande relevância dentro desta Casa. Então obrigado.

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Convidamos todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Casa. Muito bom dia a todos e obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 11h40min)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº0472/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

N O M E A R:

IRENE CARLOS FURTADO OLIVEIRA, cadastro nº100008781 Cargo de Taquígrafo I, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, no Cargo de Secretária de Apoio, código DGS - 9, no Departamento de Polícia Legislativa, a partir de 01 de março de 2016.

Porto Velho, 17 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0414/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ADINEA DE SOUZA VIDAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Só na Bença, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 15 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0462/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação do servidor **AGEU LACERDA NEVES**, que exerce o Cargo em Comissão de Assessor Técnico, para o Gabinete da Presidência, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 17 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0427/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação dos servidores relacionados para o Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de março de 2016.

ALBINO SOUZA ASSIS
EDEMILSON PEREIRA DOS SANTOS
EVELTON Sulpino GUIMARAES
ERONILDO PEREIRA DOS SANTOS
FERNANDO DE LUCENA FROIS
JAQUELINE PALHANO DE ALENCAR
LEILA DOS SANTOS SILVA

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0413/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ALCINEIDE DOS SANTOS SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-09, do Gabinete do Deputado Cleiton Roque, a contar de 05 de março de 2016.

Porto Velho, 15 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0460/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **ANDRE FERREIRA PAIS**, para Assessor Técnico, código AT-26, e relatar no Departamento de Logística, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 17 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0412/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

ARMANDO SIVIERO JUNIOR, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-18, do Gabinete do Deputado Só na Bença, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 14 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0323/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

BARBARA JUSTINA SOARES SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 01 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0418/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

BRUNA CRISTINA QUINTÃO DE MORAES LEMOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-29, do Gabinete da 1ª Secretaria - Deputado Lebrão, a contar de 31 de março de 2016.

Porto Velho, 15 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0417/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **CARLOS ROBERTO CORREIA DE VASCONCELOS**, para Secretário de Apoio, código DGS-9, do Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 15 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0424/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **CEILA CUNHA DA COSTA**, Assistente Parlamentar, para código ASP-22, do

Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0391/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **CELINA RAMOS DE SOUZA**, Assistente Parlamentar, para Código ASP-14, do Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 10 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0429/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

A lotação dos servidores relacionados para o Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 1º de março de 2016.

CLEURISTON ANDRADE DE CASTRO
JOSE BARBOSA REIS
ZEHEDEINA FEITOZA DE LUNA

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0422/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

DAMARES BARROZO ANTUNES, do Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Executiva, código DGS-03, do Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 31 de março de 2016.

Porto Velho, 15 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0390/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **EGUISMAER OLIVEIRA DA COSTA**, para Secretário de Apoio, Código DGS-9, do Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 10 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0430/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da servidora **ELISSANDRA VENANCIO DE SOUZA**, para Assessor Técnico, e relatar no Gabinete da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0411/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

ELTON BORDINE BITTENCOURT, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-13, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 14 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0415/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

FLAVIO VATENTIM DE MEDEIROS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Cleiton Roque, a contar de 06 de março de 2016.

Porto Velho, 15 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0327/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR

GEISE ELLEN NASCIMENTO CORREA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo, código DGS-3, no Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 02 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0423/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

GREICE KELLY GARCIA DE LIMA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-30, do Gabinete da Presidência, a contar de 31 de março de 2016.

Porto Velho, 16 de março de 2016

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0428/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do servidor **GUSTAVO SANTANA DO NASCIMENTO**, para Assessor Técnico, e relatar no Gabinete

da Comissão Permanente de Esporte, Turismo e Lazer, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0432/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

HAROLDO TAVORA LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0336/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

ISABELA ANDRESSA LUZ DE MOURA GOMES, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, do Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 02 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0401/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

E X O N E R A R

JEANE CASTRO BRASIL, do Cargo de Provimento em Comissão, de Assistente Parlamentar, código ASP-09, que exerce no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 13 de março de 2016.

Porto Velho, 11 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0431/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A lotação dos servidores relacionados para o Gabinete da Presidência, a contar de 1º de março de 2016.

JOSE MOREIRA DA SILVA
LAERCIO PRADO DOS SANTOS
LUIZ LAURINDO DE OLIVEIRA
MARCIA MARTIN LOZANO
RIVANI ANDRADE

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0433/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

KEILA MICHELE CARRARA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0416/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LUCAS LOPES DO AMARAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-21, no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 15 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0421/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EX O N E R A R

LUCIANA DOS SANTOS CARVALHO, do Cargo de Provimento em Comissão, de Assistente Parlamentar, código ASP-09, que exerce no Gabinete do Deputado Léo Moraes, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 15 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0419/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

LUCIENE PEREIRA QUEIROZ MARTINS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-09, no Gabinete do Deputado Alex Redano, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 15 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0434/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

MARCIA OLIVEIRA DE LIMA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-15, no Gabinete do Deputado Saulo Moreira, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 16 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0363/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da servidora **PRISCILA DESMAREST DOS SANTOS**, Assistente Parlamentar, para código ASP-21, do Gabinete do Deputado Jesuíno Boabaid, a contar de 1º de março de 2016.

Porto Velho, 07 de março de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº0303/2016-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EX O N E R A R

RAFAELA SANTIAGO MATTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnica, código AST-19, do Gabinete da Comissão Permanente de Transporte e Obras Públicas, a contar de 29 de fevereiro de 2016.

Porto Velho, 24 de fevereiro de 2016.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral